

# Estado, política e classes sociais

*Armando Boito Jr.*

*São Paulo, Editora da Unesp, 2007, 271 p.*

RENATO M. PERISSINOTTO<sup>1</sup>

O livro de Armando Boito Jr. impõe ao resenhista alguma dificuldade para resumir o seu conteúdo. Essa dificuldade, contudo, é a expressão de uma qualidade, já que seus capítulos suscitam uma grande variedade de temas importantes relativos à teoria da política, à interpretação da história e à análise do capitalismo contemporâneo. No entanto, a diversidade de questões sobre as quais o autor nos convida a pensar não compromete a unidade do livro, e isso por duas razões. Primeiro, esses três tipos de questões (teóricas, historiográficas e conjunturais) apresentam-se entrelaçadas na maioria dos textos que compõem o livro. Neles, a teoria permite interpretar situações históricas e conjunturais (a transição do feudalismo para o capitalismo, a Revolução Francesa, o capitalismo contemporâneo) e estas, por sua vez, permitem testar algumas das teses teóricas defendidas pelo autor. Em segundo lugar, a referida diversidade temática é unificada sob o fio condutor do marxismo althusseriano. Quanto a esse ponto, convém observar que Armando Boito Jr. representa hoje, no Brasil, talvez o mais destacado intelectual filiado a essa corrente teórica. Seus escritos buscam superar uma relação puramente escolástica com a teoria, dedicando-se a aplicá-la (ou testá-la) na interpretação de fatos concretos.

O objetivo desta resenha não é fazer uma descrição detalhada da obra, capítulo a capítulo (algo próximo disso já foi feito pelo próprio autor na Apresentação

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná.

do livro). Pretendemos, ao contrário, colocar em destaque algumas das questões que nos pareceram mais interessantes, tanto pelos avanços que propiciam como pelas dificuldades teóricas e científicas que colocam. Por essa razão, esta resenha se limita a discutir os seguintes temas: a função do Estado no capitalismo (tema dominante na primeira parte do livro), a teoria da ação sindical e o problema da formação da classe operária (temas dominantes na segunda parte do livro).

## I

Na primeira parte do livro, o tema da função das estruturas jurídico-política e ideológica no modo de produção capitalista é central e o argumento teórico fundamental é retirado de *Poder político e classes sociais*, livro seminal que influenciou toda a teoria marxista do Estado capitalista a partir da década de 1970. As teses de Poulantzas, contudo, foram fortemente criticadas, no interior do próprio marxismo, pelo seu excessivo funcionalismo, que exageraria a capacidade do Estado de reproduzir o sistema econômico e reduzir a quase nada o papel da luta de classes.

No entanto, se esse é um perigo que ronda a teoria estruturalista do Estado capitalista, o próprio Armando Boito Jr. oferece alguns antídotos contra ele. Por exemplo, as análises do autor sugerem em diversos momentos do livro que algumas instituições que se revelam inicialmente funcionais para a dominação burguesa, como o direito capitalista e a cidadania, podem, ao longo do tempo, permitir o avanço político e ideológico da luta operária, avanço cujos resultados não se pode prever de antemão. Sendo assim, recupera-se um lugar de destaque para a luta de classes e os efeitos desestabilizadores que ela pode produzir, o que, no nosso entender, representa um progresso significativo para uma teoria que, na maioria das vezes, parece *pressupor* a eficácia reprodutiva das decisões implementadas pelo Estado capitalista. Ao recuperar a importância da luta de classes, Boito Jr. sugere que a eficácia ou os limites das funções estatais não podem ser revelados antecipadamente, mas apenas pela análise empírica dos conflitos de classe.

## II

Na segunda parte do livro, Boito Jr. apresenta ao leitor considerações sobre o que poderíamos chamar de uma teoria marxista da ação sindical (capítulos 7 e 11). Nelas, o autor consegue combinar de maneira rigorosa uma análise estrutural do sindicalismo com uma abordagem dos impactos que a complexidade conjuntural (econômica, política e ideológica) produz sobre a luta sindical.

No que diz respeito à determinação estrutural da ação sindical, cabe ao analista identificar o “condicionamento das práticas de resistência dos produtores diretos pela estrutura dos modos de produção” (p.157). A partir dessa observação apresenta-se uma análise propriamente materialista de como as relações de produção pré-capitalistas inviabilizam o surgimento de uma ação reivindicativa organizada e permanente. No entanto, as relações de produção não são, segundo

o autor, o único fator a explicar essa impossibilidade. Valendo-se dos preceitos teóricos do marxismo althusseriano, Boito Jr. considera que não se pode pensar o conceito de modo de produção sem incluir nele o papel funcional (e, portanto, fundamental) das estruturas jurídico-política e ideológica para a reprodução de uma dada formação social. Nesse sentido, o direito pré-capitalista é um complemento essencial daquela impossibilidade, na medida em que interdita formalmente aos produtores diretos qualquer ação reivindicativa, ocorrendo o contrário no modo de produção capitalista.

No entanto, as considerações acima descrevem apenas aquilo que poderíamos chamar de os determinantes estruturais da ação coletiva (ou sua ausência). É preciso também analisar como, dentro desses limites/potencialidades estruturais, desenvolver-se-á efetivamente a ação de uma classe social. Nesse ponto, Boito Jr. enfatiza a importância de levar em consideração a luta política e ideológica numa dada conjuntura. Ao fazê-lo, operacionaliza o conceito de classe social – retirado de Nicos Poulantzas – como um lugar objetivo nas estruturas econômica, política e ideológica, mas também como um conjunto de práticas cujo sentido (revolucionário ou não) será definido pelo ritmo e intensidade da luta de classes.

Com relação a esse ponto, convém fazer duas considerações. Primeiramente, as observações mais interessantes sobre os efeitos da conjuntura e da estrutura sobre a ação sindical estão no texto em que Boito Jr. analisa o sindicalismo de classe média (capítulo 11). No entanto, dado o fato de que o conceito de classe média é um problema teórico crucial para o marxismo, surpreende o leitor a ausência de uma discussão com autores que, depois de Poulantzas, dedicaram-se a pensar esse tema, como Erik Olin Wright, por exemplo. Em segundo lugar, lançar mão de um conceito de “classe social” que incorpore a dimensão político-ideológica representa, não há dúvida, um passo adiante em relação às visões economicistas, mas um passo ainda insuficiente tendo em vista a urgência de discutir a classe como ator político na teoria marxista, tema que gostaria de abordar no item seguinte.

### III

Creio que a questão fundamental em relação a esse ponto é saber se devemos ou não pensar a classe social como um “ator político”. A pergunta é importante, pois se nos limitarmos a analisar a classe social como um lugar objetivo nas estruturas sociais que, por si só, produz “efeitos pertinentes” sobre a política, então o problema sequer precisaria ser colocado. Mas se pretendemos pensar a classe social como um ator político coletivo (como, creio, sugere Boito Jr.), então uma série de problemas relativos à operacionalização do conceito não podem ser evitados. Nesse caso, trata-se de saber *como* um grupo de indivíduos que ocupam lugares objetivos nas relações de produção se transforma em uma coletividade organizada para lutar pelos seus interesses. Porém, também em relação a esse ponto o leitor se surpreende com a ausência de uma discussão com a produção teórica posterior aos trabalhos de Poulantzas (por exemplo, Erik Olin Wright, Goran Therborn,

Adam Przeworsky, John Roemer, Alvin Y. So, George Lafferty, Klaus Eder). Um dos embates teóricos inevitáveis nesse campo deve se dar, a nosso ver, com as considerações críticas elaboradas por Mancur Olson no seu *A lógica da ação coletiva* (1965), para quem “grandes grupos”, como é o caso das classes sociais, estão, na ausência de incentivos seletivos, condenados à abstenção e à inação.

No que diz respeito ao problema da classe como ator coletivo, creio que algumas questões devem ser necessariamente discutidas em nome do avanço científico do marxismo. Por exemplo: como operacionalizar a tese de que uma classe se faz presente na política por meio de *relações de representação*, idéia essa tão cara a Marx e bastante utilizada nas análises que o autor faz da cena política no capitalismo (capítulo 6)? A comprovação de relações de representação exige uma definição operacional e não arbitrária de “interesses de classe”. Mas como fazê-la? Como operacionalizar na pesquisa empírica esses problemas? Que tipo de evidência devemos construir para provar empiricamente a tese de que as classes são a verdadeira realidade por trás das aparências da cena política?

Evidentemente, a obra aqui resenhada não tem a pretensão de analisar esse problema a fundo e, por isso, algumas das observações referentes a esse tema têm o caráter abrangente que se espera de um livro composto por ensaios teóricos. No entanto, parece-me importante frisar que não é mais possível ao marxismo utilizar a idéia de *representação dos interesses de classe* (pelo Estado, pelo sindicato, pelo partido, pelos políticos profissionais, pelos meios de comunicação de massa) sem fornecer instrumentos seguros de como operacionalizar essas conexões causais.

Concordamos inteiramente com o autor do livro quando diz que para a ciência política não-marxista é “desnecessário ou improcedente o esforço intelectual para detectar os interesses de classe que se ocultam atrás das correntes e dos partidos políticos que disputam o poder” (p.139). Fazendo o papel de advogado do diabo, entretanto, talvez alguns tenham desistido dessa empreitada porque nunca encontraram um caminho seguro o suficiente para realizar essa detecção, isto é, um caminho que lhes fornecesse instrumentos metodológicos que permitissem ir além dos “indícios” presentes nas análises históricas de Marx ou de noções vagas como “instintos de classe” (p.145 e p.150).

Essas são apenas algumas das questões que podem ser destacadas em função dos interesses pessoais deste resenhista. O trabalho de Armando Boito Jr. certamente toca em vários outros pontos importantes que, por questão de espaço, não poderiam ser discutidos aqui.

PERISSINOTTO, Renato M. Resenha de: Estado, política e classes sociais. BOITO JR., Armando. São Paulo, Editora da Unesp, 2007, 271 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.167-170.

***Palavras-chave:*** Estado; Teoria Política; Classes sociais.